

O Brexit ficou mais distante?

João Alfredo Lopes Nyegray (*)

O ano de 2019 iniciou-se acalorado no parlamento do Reino Unido, com as discussões sobre o Brexit

A proposta de saída da União Europeia, aprovada pelos britânicos no referendo de 2016, vem sendo negociada desde então. À época, cerca de 52% dos eleitores optaram por deixar o bloco econômico, e a abstenção foi de quase 30%. Hoje, as complicações dessa decisão são mais claras do que eram em 2016. Para entender as adversidades da saída do Reino Unido, é necessário entender os acordos que unificaram o continente europeu.

A União Europeia é um bloco econômico composto por 28 países,

cuja semente está na década de 1950, quando foi fundada a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço por seis nações. Com o tempo, a integração aprofundou-se e novos países entraram no que se tornou Comunidade Econômica Europeia (CEE) em 1957. Logo, a CEE tornou-se a Comunidade Europeia que, com a assinatura do Tratado de Maastrich em 1992 torna-se União Europeia.

Os europeus circulam livremente entre os países que compõem a UE, sem sequer controle de passaportes. Existe também a livre circulação de mercadorias, serviços e capitais. Mais que isso, o bloco possui leis e políticas comuns em diversos temas chave ao desenvolvimento, como comércio, indústria e agricultura, tendo também missões diplomáticas conjuntas nas Nações Unidas, na OMC, no G8 e no G20. Há também o Euro, a moeda única, cuja circulação iniciou-se em 2002.

Como se pode perceber, são cerca de 70 anos de integração que asseguraram uma paz praticamente inédita num continente que já foi palco de tantos conflitos e guerras. Todo esse aparato unificado dá ao Brexit diversas dificuldades, a começar pela questão da Irlanda. Enquanto a Irlanda do Norte é uma província Britânica, a República da Irlanda é um país independente, que continuará na União Europeia. O ponto de desavenças está justamente na fronteira entre as regiões República da Irlanda e Irlanda do Norte.

Uma vez que na União Europeia é livre a circulação de mercadorias e serviços, com a saída do Reino Unido passa a haver a necessidade de controle fronteiriço e alfandegário, o que não é da vontade dos irlandeses. Além disso, existem os compromissos de financiamento dos projetos da UE, assumidos previamente pelos britânicos. Honrar essas dívidas custará cerca de 39 bilhões de libras esterlinas — algo como 191 bilhões de reais — aos cofres da Rainha.

Depois de muitas negociações, que envolveram dezenas de outros temas, o Reino Unido — capitaneado pela primeira ministra Theresa May — e a UE chegaram a um projeto de acordo em novembro de 2018, que deveria ter sido votado pelo parlamento britânico ainda no ano passado. Depois de muitas idas e vindas, esse acordo foi finalmente votado — e rejeitado — em 15 de janeiro de 2019.

Foram 432 deputados que votaram contra, e apenas 202 foram favoráveis ao que propôs May. Logo na sequência, o líder da oposição pediu a votação de uma moção de desconfiança em relação a Primeira Ministra. Como acontece no parlamentarismo, quando um Primeiro Ministro não tem a maioria dos votos num parlamento, devem haver novas eleições para a escolha de um novo líder.

Dessa vez, no entanto, Theresa May foi vitoriosa, ainda que por uma pequena margem: 325 votos a favor de sua permanência, e 306 contra. O que acontece agora? Bem, acontece que May segue no cargo, e seguirá negociando o Brexit. Há quem defenda um novo referendo, para que a população opine outra vez. Uma pesquisa feita pelo YouGov em dezembro mostrou que 64% dos britânicos gostaria de uma nova votação. O problema é que o prazo para o Brexit se esgota em 27 de março e não há tempo para um novo referendo.

Nesse caso, os representantes dos outros 27 países da UE precisariam conceder mais prazo ao Reino Unido para seguir com as negociações ou repensar a saída. Outra possibilidade é que o Brexit se dê sem acordo, o que não é ideal, visto que as relações futuras com a União Europeia permaneceriam nebulosas em diversas áreas, o que prejudicaria a economia de todos os envolvidos. A terceira via é também problemática, visto que envolve uma renegociação ampla, que necessitaria da prorrogação do prazo de saída.

Theresa May pode, ainda, tentar antecipar as eleições gerais, concorrendo novamente. Nesse caso, May precisaria torcer para uma votação ampla em seu favor. Seja qual for a opção que May e o Reino Unido escolham, nenhuma das vias é fácil. A Premiê diz estar disposta a conversar e negociar com todos os membros e partidos do parlamento, mas uma nova proposta deverá ser apresentada em até três dias úteis.

Como se pode perceber, o tempo não é um bom aliado nesse momento. Aparentemente, a porta de saída para o Reino Unido ficou um pouco mais distante.

(*) - É advogado especializado em Negócios Internacionais, doutorando em Estratégia e mestre em Internacionalização. Professor de RI, Comércio Exterior, Administração e Economia na Universidade Positivo.

Reforma da Previdência pode ter comissão de acompanhamento do Senado

O Senado deve acompanhar a tramitação da proposta de reforma da Previdência junto à Câmara, isso é, antes de o projeto chegar ao próprio Senado

O presidente Davi Alcolumbre informou que deve formar uma comissão especial para fazer o acompanhamento, por entender que a reforma é urgente e por ter o sentimento de que os senadores vão priorizar o tema neste início de legislatura. Davi destacou que a ideia da comissão especial partiu do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Para o presidente, a reforma da Previdência é uma bandeira do Brasil. Ele afirmou que os estados hoje estão sofrendo, pois muitas vezes não têm condição de pagar a folha de pagamento. A reforma poderia ajudar os estados a equilibrar suas finanças. Davi acrescentou que o Parlamento vai fazer o que é a sua prerrogativa, que é discutir e aprimorar a proposta de reforma. “O Brasil não resiste mais a dois anos [sem a reforma]. Senão, os estados vão quebrar, os municípios já estão quebrados. Está todo mundo navegando dentro desse



Presidente do Senado, Davi Alcolumbre acredita que reforma será prioridade quando chegar ao Senado.

navio que é o Brasil. Precisamos resgatar esse navio”, declarou.

A proposta de reforma e a ideia de uma comissão ainda não encontram consenso entre os senadores. Para o senador Marcelo Castro (MDB-PI), trata-se da mais importante das reformas, que só é necessária “por uma boa causa, já que estamos vivendo mais”. Na mesma

linha, o senador Nelsinho Trad (PSD-MS) aponta a reforma previdenciária como a mais importante pauta para o país.

O senador Ângelo Coronel (PSD-BA) defende o debate em torno da proposta, para não fazer “uma reforma por fazer”. Ele aponta que algumas categorias — como a do trabalhador rural e a dos

policiais — precisam ter um tratamento diferenciado dentro da reforma da Previdência. Na visão do senador Humberto Costa (PT-PE), a reforma da Previdência “quer detonar com o trabalhador”. Ele ressalta que o governo quer jogar nas costas “dos mais pobres e também nas dos servidores públicos a conta do que chama de déficit da Previdência Social”.

O senador Paulo Paim (PT-RS) também disse ter receio das mudanças propostas, principalmente com a possibilidade de o aposentado receber um valor menor que um salário mínimo. Já a senadora Eliziane Gama (PPS-MA) afirmou que entende a prioridade e a importância da reforma, mas disse esperar que não haja um peso sobre as minorias. “A reforma previdenciária é prioridade. No entanto, não dá pra comparar o trabalhador urbano com o rural”, declarou a senadora, que também acredita que a mulher precisa ter um tratamento diferenciado (Ag.Senado).

Bancada feminina precisa ocupar espaço no Congresso

A bancada feminina no Senado terá 12 senadoras. Isso corresponde a 14,8% do total de 81 cadeiras, percentual bem abaixo da proporção de mulheres na população brasileira, em que elas são mais da metade. Quais são as prioridades da pauta feminina e como é possível garantir a participação, mesmo com número reduzido? O caminho, de acordo com algumas parlamentares, é a ocupação de lugares de destaque e a atuação em temas muitas vezes atribuídos somente aos homens.

Para Eliziane Gama (PPS-MA), é preciso lembrar que na Câmara o percentual de mulheres foi ampliado de 9% para 15%, um sinal de que é possível caminhar para uma maior participação feminina na política. E que, mesmo com número menor, é preciso buscar uma participação mais efetiva em postos importantes da Casa. Zenaide Maia (Pros-RN) disse que as 12 senadoras em exercício não podem se omitir na defesa da mulher. Além das pautas tradicionalmente ligadas aos direitos femininos, a senadora concorda que é preciso ampliar a participação feminina em comissões e em discussões sobre economia, tributação e reformas como a da Previdência.



Bancada feminina no Senado terá 12 senadoras nesta Legislatura. Foto:

Para Daniella Ribeiro (PP-PB), primeira senadora eleita pela Paraíba, as mulheres já exercem a política em várias instâncias, só precisam se conscientizar dessa capacidade de atuar na vida pública. Para Leila Barros (PSB-DF), primeira mulher eleita senadora pelo Distrito Federal, as bancadas femininas no Senado e na Câmara precisam se unir para garantir uma maior representação das mulheres na política e para garantir avanços em outras áreas, como o combate à violência.

Advogada na área de direito de família, a senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) disse conhecer de perto a realidade

de de mulheres que sofrem violência doméstica. Para ela, as leis brasileiras garantem a proteção, mas muitas vezes não há efetividade na aplicação, especialmente das medidas protetivas. Além das senadoras já citadas, tomaram posse: Mara Gabrilli (PSDB-SP) e Selma Arruda (PSL-MT). Continuam nos mandatos iniciados em 2015 Simone Tebet (MDB-MS), Kátia Abreu (PDT-TO), Rose de Freitas (Pode-ES) e Maria do Carmo Alves (DEM-SE). Já a senadora Mailza Gomes (PT-AC) assumiu a vaga deixada por Gladson Cameli, eleito governador do Acre em 2018 (Ag.Senado).

Presidente de Serra Leoa decreta emergência contra estupro



Julius Maada Bio, presidente de Serra Leoa.

O presidente de Serra Leoa, Julius Maada Bio, declarou estado de emergência nacional em função do crescimento dos casos de estupro no país. Segundo as últimas estatísticas da polícia, a nação africana registrou mais de 8,5 mil episódios de violência sexual em 2018, contra os cerca de 4 mil contabilizados em 2017. Do total de casos do ano passado, um terço vitimou menores de idade.

Bio decretou emergência após ter escutado o depoimento de uma sobrevivente do vírus ebola que fora repetidamente estuprada. O presidente também anunciou a criação de uma divisão policial dedicada a investigar esse tipo de crime e de um tribunal para reduzir o tempo dos processos. “Com essa declaração, também determinei que todos os hospitais do governo devem fornecer tratamento médico gratuito e certificado para cada vítima de estupro e abuso sexual”, disse Bio (ANSA).

Senado Federal pode ter CPI para investigar Judiciário

O Senado pode ter uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o Poder Judiciário. O requerimento para averiguar a atuação dos tribunais superiores foi protocolado na sexta-feira (8) pelo senador Alessandro Vieira (PPS-SE). O pedido destaca que “não se trata de perquirir as atribuições do Poder Judiciário, mas, sim, de investigar condutas que extrapolem o exercício regular dessas competências”.

O parlamentar propõe averiguar o abuso de pedidos de vista ou expedientes processuais, para retardar ou inviabilizar decisões de plenário, a diferença do tempo de tramitação de pedidos a depender do interessado, e o excesso de decisões contraditórias para casos idênticos. Ele também sugere que seja investigado o desrespeito ao princípio do colegiado, a diferença do tempo de tramitação de pedidos, a depender do interessado e a participação de ministros em



Senador Alessandro Vieira (PPS-SE).

atividades econômicas incompatíveis com a Lei Orgânica da Magistratura.

“Nosso objetivo é abrir a caixa-preta deste Poder que segue intocado, o único que segue intocado na esfera da democracia brasileira. E só existe democracia quando a transparência chega a todos os lugares. A democracia não pode ser seletiva”, afirmou o senador, no plenário. Nos bastidores, a investigação vem sendo chamada de “Lava Toga”.

“Nossos tribunais superiores se transformaram em um aglomerado de decisões monocráticas, o que gera uma loteria. Se o cidadão que vai apresentar uma ação é sorteado para o ministro “X”, ele tem a decisão para um lado; se é para o ministro “Y”, é para o outro. O colegiado já decidiu o assunto e eles desrespeitam. Isso precisa ser resolvido. E, para resolver isso, a gente precisa estudar, compreender e propor eventualmente uma lei”, defendeu (ABR).

Pelé lamenta tragédia no CT do Flamengo

Com uma mensagem em suas redes sociais, o ex-jogador brasileiro Pelé lamentou na sexta-feira (8) o incêndio ocorrido no Centro de Treinamento do Flamengo, o “Ninho do Urubú”, situado na zona oeste do Rio de Janeiro. Recentemente reformado, o CT é usado tanto pelo elenco profissional quanto pelas categorias de base, mas o fogo atingiu um alojamento de atletas juvenis.

Ao menos 10 pessoas morreram no incêndio e outras três ficaram feridas. Os nomes das vítimas não foram divulgados oficialmente, mas sabe-se que há jogadores da base na lista de mortos, como o goleiro Christian Esmério, de 15 anos, presença frequente na seleção brasileira de sua categoria. “Meu dia começou com as notícias sobre o incêndio no CT do Flamengo - um lugar onde jovens perseguem seus sonhos. É um dia muito triste para o futebol brasileiro”, escreveu Pelé.



Ex-jogador afirmou que é “um dia muito triste ao futebol”.

Além dele, outros jogadores também lamentaram a tragédia, como o atacante Vinícius Júnior, do Real Madrid, o alemão Lukas Podolski, do Vissel Kobe, e o meio-campista Lucas Paquetá, do Milan. Os clubes europeus também soltaram notas de pesar por conta da tragédia, como a Roma, Milan, Real Madrid, Chelsea, Manchester City e Olympique de Marseille. (ANSA)

Empresas & Negócios

netjen@netjen.com.br

Para veiculação de seus Balanços, Atas, Editais e Leilões neste jornal, consulte sua agência de confiança, ou ligue para

TEL: 3106-4171